
UMA ANÁLISE DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO HUMANO SOB O MODELO MULTIDIMENSIONAL

MENDES, Wesley de Almeida¹
MAGALHÃES, Fernanda Gabriela Gandra Pimenta¹
MORAIS, Mateus Cerqueira Anício¹
MATOS, Karina da Silva¹

Recebido em: 2016.07.18

Aprovado em: 2017.08.29

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.1716

RESUMO: O desenvolvimento é um termo bastante complexo, desta forma entende-se que sua abordagem deve estar pautada em uma perspectiva multidimensional, que consiga abranger o avanço social sob diferentes aspectos. Dentre eles destacam-se a educação, saúde, habitação e renda. A manutenção de processos ineficientes de desenvolvimento resulta no avanço da desigualdade e na geração da pobreza, que consiste na privação do indivíduo em ter acesso e participação de ações que promovam o bem-estar social, tratados como direito da população, o qual necessita da intervenção do Estado, por meio de políticas públicas que garantam esses direitos para a população. O presente estudo realiza uma pesquisa bibliográfica a fim de analisar o processo de pobreza no Brasil, relacionando com as ações do Estado na promoção de políticas públicas para minimizar tal problema social. Embora muito se fale de pobreza como sinônimo de falta de renda, a pesquisa mostra que a pobreza deve ser observada sobre outras óticas e a falta de renda é trabalhada apenas como um dos fatores promotores da pobreza. O Brasil se destaca com a aplicação do programa Bolsa Família, uma política pública de distribuição de renda e possui como condicionante o acesso dos beneficiários a programas de educação e saúde. Ao longo do estudo percebeu-se que para enfrentar a pobreza deve ser trabalhado as políticas públicas sociais, em suas diferentes áreas, de forma integrada.

Palavras-chave: Pobreza. Bolsa Família. Políticas Públicas. Desenvolvimento. Privação da liberdade

AN ANALYSIS OF POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT ON MULTIDIMENSIONAL MODEL

SUMMARY: The development is a complex term treaty on the multi-dimensional perspective, which is the social progress on different aspects, among them stand out education, health, housing and income. Maintaining inefficient development processes results in advance of inequality and the generation of poverty, which is the deprivation of the individual to have access to and participation in activities that promote social well-being, treated as a right of the population, which requires the State intervention through public policies that guarantee these rights for the population. This study makes use of a literature search in order to analyze the poverty process in Brazil, relating to the State's actions in promoting public policies to minimize this social illness. Although much talk of poverty as a synonym for lack of income, research shows that poverty should be observed on other optical and lack of income is worked only as one of the promoting factors of poverty. Brazil stands out with the implementation of the Bolsa Família program, a public policy of income distribution and has as a condition the access of beneficiaries to the education and health programs. Throughout the study it was realized that to fight poverty should be worked out social policies in different areas in an integrated manner.

Keywords: Poverty. Bolsa Família. Public policy. Development. Deprivation of liberty

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é um termo complexo que envolve diferentes abordagens sobre o bem estar

¹ Universidade Federal de Viçosa

social e econômico. Sob essa ótica, fatores como maior igualdade na distribuição de renda, melhor qualidade de saúde e democratização no acesso à educação de qualidade, tornam-se fundamentais para o aspecto do desenvolvimento. A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento humano revelam-se, dessa forma, como um objetivo do Estado.

De forma geral, compreende-se como pobreza a ausência da renda. Contudo, apesar “de ser uma dimensão importante da pobreza, o nível de renda não captura completamente outras privações das pessoas [...]”, onde destacam a vida perigosa, privações de conhecimento e comunicação, privação da expressão, dignidade entre outros (OTTONELLI et al., 2011, p. 839).

Sen (2010) destaca ainda a fome, a falta de acesso a serviços de saúde, água tratada e saneamento básico entre outras privações que negam a liberdade básica da vida. Ainda para o autor, embora haja mais recursos, países ricos também sofrem com essas mazelas, além de ser comum a existência de pessoas com elevado grau de deficiência de oportunidades sociais, como emprego, saúde, educação e segurança.

Nesse sentido, pode-se entender a pobreza sob diferentes visões, como pelo “juízo de valor”, em que se leva em conta uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo considerando o que deveria ser um grau de satisfação de necessidades (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

A pobreza pode ainda “ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade [...]” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 3).

A redução da pobreza consiste ainda em um dos oito objetivos do milênio assinado por 189 países que comprometeram, em 2000, reduzir indicadores de vulnerabilidades sociais até o ano de 2015, tratados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e consta na Declaração do Milênio ações e metas de erradicação da pobreza global, como a promoção da queda da pobreza extrema (menos de 1 dólar por dia) pela metade até o ano de 2015 (PNUD, 2012).

Nota-se, dessa forma, que a pobreza vai além de questões econômicas e locais, mas dizem respeito às políticas de governos, o bem-estar da sociedade e as relações internacionais. O enfrentamento da pobreza se dá, diante disso, como uma necessidade de desenvolvimento humano e promoção da vida humana.

Diante do exposto a pesquisa objetiva, por meio de uma revisão da literatura, apresentar como a literatura retrata a pobreza sob o modelo multidimensional, relacionando de que modo interferem na vida do indivíduo, bem como destacar a importância do Estado na elaboração de políticas públicas que visem a “quebra” do ciclo da pobreza.

Diversos estudos trabalham sobre a multidimensionalidade da pobreza, como a pesquisa de Vijaya, Lahoti e Swaminathan (2014) que mensuraram a pobreza multidimensional nas famílias, considerando o fator gênero. Alkire e Santos (2014) realizaram um indicador multidimensional da pobreza e buscaram comparar esses indicadores com outros países.

No Brasil, pesquisas realizadas por Ottonelli e Mariano (2014) e Ottonelli et al (2011) estudaram a pobreza multidimensional em regiões brasileiras. As pesquisas de Peña et al (2015), Oliveira (2014) e Sampaio e Sousa (2014), por sua vez, têm como foco a aplicação de políticas públicas de distribuição de renda. Diante desses estudos, nota-se a relevância que o tema se encontra, tanto no âmbito nacional quanto internacional, o que justifica a discussão levantada nesta pesquisa.

O presente artigo se divide em 4 seções além desta introdução. O próximo capítulo expressa a relação do desenvolvimento com a pobreza, o capítulo 3 ressalta o processo de privações do indivíduo, o capítulo 4 busca apresentar o papel do Estado na formulação de políticas públicas, com ênfase na política de distribuição de renda no Brasil, conhecido como o bolsa família, para a redução da pobreza, e o último capítulo tem por finalidade apresentar as considerações realizadas frente ao estudo proposto.

1 O DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento é retratado sob diferentes abordagens. A origem do conceito, conforme Caiden e Caravantes (1982), estava relacionado ao fato de descoberta, de apresentação de algo novo, de forma natural, sem interferência humana. Mais tarde, com a necessidade em utilizar a natureza da melhor forma para gerar bem-estar para a sociedade, o homem passa a ser transformador da natureza, tomando caráter ativo sobre o processo de desenvolvimento. Dessa forma, para os autores, o desenvolvimento poderia ser considerado como a mudança progressiva, avançando de um estágio inferior à outro superior, melhor, facilitando as condições humanas.

Outra abordagem do conceito de desenvolvimento surgiu após a Segunda Guerra Mundial, cujas nações desenvolvidas eram apenas as nações ocidentais, tomando como base o ideal capitalista proveniente dos Estados Unidos – EUA – frente ao ideal socialista defendido pela União Soviética (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012; CAIDEN; CARAVANTES, 1982).

Seguindo tal abordagem, o desenvolvimento consiste no aumento do capital da população com a finalidade do progresso do bem-estar, sendo esse adquirido pelo processo de acumulação de riquezas, lucro e pelo consumo de produtos e serviços com maior carga de valor comercial que propicia o luxo (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Nota-se, para tanto, que diante o desenvolvimento pregado pelo ocidente e, conseqüentemente pelo capitalismo, surge a importância do capital e meios para acumulação de riquezas. Nessa concepção, Bresser-Pereira (1992, p. 7) considera desenvolvimento como o “aumento da produção *per capita* através da reorganização dos fatores de produção.” Trata-se de um processo histórico, amparado pela renda “visando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional resultante da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 209)

Outra percepção de desenvolvimento, com foco nos aspectos sociais e alicerce desta pesquisa, considera que o desenvolvimento consiste não somente no crescimento da renda, mas a evolução de diversas componentes sociais, como educação, saúde, habitação, saneamento básico e segurança (SEN, 2010).

Buarque (2002, p. 25) conceitua desenvolvimento, sobre esse pressuposto, “como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

O desenvolvimento trata-se da capacidade de escolha do indivíduo, deve favorecer o direito do indivíduo na participação na tomada de decisões nos critérios que envolvem sua vida (COWEN; SHENTON, 1996). Em outras palavras, o desenvolvimento deve ir além do processo de geração de riquezas financeiras. Ele deve intensificar o acesso democrático à serviços públicos de qualidade, tais como os de educação, programas de saúde pública, habitação e saneamento básico, além da redução da pobreza, desemprego e outras mazelas que afetam a sociedade. Dessa forma, considerando os elementos construtivos básicos que enfatizam a qualidade de vida, bem-estar e a promoção dos direitos do cidadão, Sen (2010) trata o desenvolvimento sob a ótica da liberdade.

2 A LIBERDADE E AS CAPACIDADES

O crescimento da renda, embora possibilite a aquisição de bens e serviços que satisfaçam os desejos do indivíduo, não pode ser tratada como um fim em si mesmo. As relações de desenvolvimento devem, para tanto, possibilitar além do aumento da renda, a liberdade das pessoas (SEN, 2010).

A liberdade, é tratada assim sob duas perspectivas: Substantiva e Instrumental. A liberdade como fim, tratada como substantiva ou constitutivo, relaciona-se à valorização da vida, tendo em vista a importância da liberdade, enquanto a liberdade como meio, ou instrumental, refere-se a forma como os diversos tipos de direitos e oportunidades contribuem na expansão da liberdade, como segue no Quadro 1. (CRESPO; GUROVITZ, 2002; OTTONELLI; MARIANO, 2014).

Quadro 1: A liberdade substantiva e instrumental

	Liberdade substantiva	Liberdade Instrumental
Natureza	Fins	Meios
Objetivo	Enriquecimento da vida humana	Contribuir para a expansão da liberdade humana geral
Característica	Considera-se atendimento às necessidades sociais básicas como alimentação, saúde, moradia, segurança e educação.	Trata-se sobre 5 aspectos: liberdades políticas (e direitos civis), facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Crespo, Gurovitz, (2002) e Ottonelli, Mariano, (2014).

A liberdade substantiva compreende o atendimento às necessidades básicas para obter uma vida digna, decente, que inclui a alimentação, evitar a morbidade e mortalidade prematura, além de saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão (SEN, 1989; CRESPO; GUROVITZ, 2002).

O desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas evidencia os fins, não restringindo apenas aos os meios no processo. “Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio do desenvolvimento (papel instrumental).” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 7).

A expansão da liberdade, desse modo, além de um estilo de vida mais rico e desimpedido, possibilita ainda que o ser humano tenha uma vida mais completa a fim de colocar em prática seus anseios, bem como interagir com o mundo, influenciando-o e sendo influenciado por ele (SEN, 2010).

A liberdade, para tanto, garante seu valor diante aos aspectos que a compõem: o aspecto da oportunidade, possibilitando ao indivíduo maior oportunidade de opções para avaliar sua escolha; e o aspecto do processo, em que o indivíduo tem a possibilidade de escolher, não sendo induzido apenas por poucas opções (SEN, 2011).

Diante do exposto, Sen (1989; 2010; 2011) em suas obras relaciona a liberdade com a interação social, práticas de justiça e condições de acesso à programas de inclusão social, com vistas ao desenvolvimento do ser humano, capaz de reduzir as mazelas sociais. Em outras palavras, com “oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente arquitetar o seu próprio destino.” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 7). “Com mais liberdade, as pessoas podem desfrutar de um maior número de funcionamentos relevantes, expandir seu conjunto capacitário e exercer o papel de agente.” (OTTONELLI; MARIANO, 2014, p. 1256). Não se deve trabalhar o pobre apenas aquele que possui menor renda, mas aquele que possui maior privação da sua liberdade (SEN, 2012).

Para tanto, entende-se como capacidades “as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização.” Trata-se da liberdade substantiva, que consiste na liberdade em ter estilos de vida diversos (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Em outras palavras, a liberdade é a oportunidade de escolher algo, enquanto a capacidade é o poder de fazer algo (SEN, 2011). A perspectiva das capacidades

busca contribuir na compreensão da natureza das causas da pobreza e suas privações (SEN, 2000).

O enfoque das capacidades para a privação de necessidades básicas preconiza o aspecto da desvantagem do indivíduo e não as relações do baixo nível da renda. Tal visão possibilita evitar a distorção do emprego inadequado de políticas públicas de distribuição de rendas e subsídios (SEN, 2010).

Crespo e Gurovitz (2002, p. 6) consideram a pobreza “como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm.” Nesse entendimento, o autor trata a expansão das capacidades humanas e nota a necessidade da sua relação com a expansão das produtividades e na possibilidade de políticas públicas sociais, com finalidade na minimização das privações humanas.

3 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

A promoção do desenvolvimento está além do acúmulo do capital, como também na elaboração e implantação de políticas públicas capazes de atender às necessidades sociais. Assim sendo, o desenvolvimento deve consistir na minimização das dificuldades e males que afetam a sociedade, promovendo a economia e o bem-estar geral.

Sen (2010), a fim de promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, reduzir a pobreza, ressalta a necessidade de realização de políticas públicas que visam a expansão das capacidades das pessoas em levar um estilo de vida digna, que seja valorizada.

Höfling (2001, p. 31) trata políticas sociais, ou públicas, como sendo “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando as desigualdades estruturais produzidos pelo desenvolvimento socioeconômico.” Consiste na tradução dos propósitos do governo em programas e ações, produzindo resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2002).

A formulação de políticas públicas inicia pela identificação de um problema público, com relevância e debatido, sendo em diversos casos, percebido, definido e avaliado por meio a participação dos indivíduos que sofrem por aquele problema (SUBIRATS, 2007).

De forma a melhorar a promoção de políticas públicas eficientes e capaz de atender melhor a sociedade, a constituição brasileira de 1988 considerou os municípios como entes federados, transmitindo a eles autonomia para elaborar mecanismos capazes de gerar a diminuição das deficiências sociais, tendo em vista a participação popular na fiscalização e apresentação de demandas dessas políticas públicas (PEPPE et al., 1997).

Kerbaay (2001) ressalta que essa descentralização política e administrativa do governo brasileiro, dando influencia ao papel do município, implica ora pela maior participação popular e maior autonomia do município, ora na maior dificuldade na alocação e capacidade de arrecadação de recursos.

Frente à pressão para obtenção de respostas em uma realidade complexa, essa descentralização do poder propiciou a participação popular com fins a exercer seus direitos, capaz de conferir ao governo municipal o papel transformador do perfil da organização pública governamental, por estar próximo às intervenções sociais, em que, antes, consistia apenas na implementação de modelos prescritos pelo governo federal (INOJOSA, 1998).

Quando o governo admite o compromisso de adotar políticas de promoção social que visam atingir a multidimensionalidade que afetam a qualidade de vida e desenvolvimento, com vistas à atender aos direitos dos cidadãos, deve buscar rever suas formas e empregar um modelo de organização capaz de atender a amplitude dos problemas sociais e suas diversas causas (WESTPHAL; MENDES, 2000).

Contudo, embora a constituição de 1988 tenha como proposta a promoção do bem-estar, essa ideia já estava se tornando questionada em outras nações, uma vez que o Estado não consegue financiar todas as demandas sociais e, em nações com acentuada desigualdade sociais, as quais sofrem tensões populares para a aplicação de políticas assistencialistas frente à pressões de grupos dominantes visando a eficiência do Estado e de suas políticas (INOJOSA, 1998).

4.1 Renda e pobreza: o papel do programa Bolsa Família

Como visto ao longo do estudo e pautado nas ideias de Amartya Sen, a pobreza pode ser vista sob diversas perspectivas além da renda. A renda, em diferentes casos, torna-se o fator inicial das privações capazes de gerar a pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Vale ressaltar que o fator renda afeta não apenas o capital privado, capaz de favorecer ao indivíduo maiores condições de acesso à serviços de saúde e educação de qualidade. Ela afeta ainda nas finanças municipais, por meio da arrecadação pelas políticas tributárias, que financiam as políticas públicas sociais que visam minimizar a pobreza. Em outras palavras, sobre o consumo favorecido pela renda familiar é recolhido os tributos capazes de financiar as políticas do Estado.

De fato, a ausência da renda representa um aspecto importante nos efeitos da pobreza, contudo a análise das privações das capacidades expressa a relação de outros aspectos além do fator renda, buscando explicações mais completas acerca da pobreza (SEN, 2000).

Nesse sentido, vale ressaltar que políticas de transferências de renda aplicadas de forma isolada não atuam diretamente nas causas do fenômeno da pobreza e da desigualdade, sendo para isso, necessária a articulação dessa política com outros programas sociais e visam melhorar a saúde, educação e infraestrutura (MONTEIRO et al., 2010).

Ananias (2005) faz uma contextualização sobre o aspecto do crescimento econômico gerado entre 1930 até a década de 1990 quando, apesar do desenvolvimento industrial e de infraestruturas, houve um aumento nas desigualdades sociais. Para o autor, o período pós-constituição de 1988 possibilitou uma nova versão de políticas públicas.

Ele ressalta que

Do ponto de vista da equidade, a agenda de modernização das ações públicas em âmbito local passa por um processo multidimensional, com políticas específicas voltadas para romper o círculo vicioso da reprodução da pobreza entre as gerações. Nesse sentido, deve conjugar medidas emergenciais e estruturantes que, como parte de uma política de desenvolvimento social, criem condições de sustentabilidade para que os mais pobres e vulneráveis adquiram as capacidades necessárias para sua inclusão econômica, social, política e cultural. (ANANIAS, 2005, p. 182).

Diante de todo o exposto ao longo do estudo, percebe-se que, pelo aspecto multidimensional, os fatores sociais afetam entre si para a geração da pobreza, gerando um efeito em cadeia. O ciclo geracional da pobreza, por exemplo, relaciona a falta de escolaridade por parte dos pais com a pobreza dos filhos (GOMES; PEREIRA, 2005). Em outras palavras, estudos relacionados à esse ciclo dizem que a pobreza tende a ser maior quando a escolaridade dos pais é menor.

Com o objetivo de quebrar esse ciclo, o Governo brasileiro elaborou política de distribuição de renda, conhecido como Bolsa Família em 2003 (SILVA; FERREIRA; MONTEIRO, 2012), onde unificou os programas de distribuição de renda em apenas um programa, minimizando burocracias e proporcionando maior transparência, e condicionou às famílias beneficiárias a frequência escolar

dos filhos e acompanhamento da saúde pela atenção primária de saúde pública (MOREIRA et al., 2012).

O programa auxiliou ainda que o Brasil atingisse, em 2012, a meta de reduzir a extrema pobreza pela metade estipulada pela ONU, antes do prazo estipulado que vence em 2015 (PNUD, 2012).

A condicionalidade educacional para o programa Bolsa Família possui sua importância tendo em vista a ampliação do capital social e cultural dos beneficiários, além de criar um fator de proteção do indivíduo contra a inserção na criminalidade (OLIVEIRA, 2014).

O programa incentiva ainda o consumo, gerando a circulação de dinheiro e o desenvolvimento econômico, bem como busca realizar o desenvolvimento social (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008). Sampaio e Sousa (2014) destacam que, a curto prazo, o programa condiciona um alívio financeiro às famílias beneficiadas, cujos gastos são direcionados à alimentação e educação, enquanto à longo prazo os autores perceberam que essas famílias buscam uma saída da dependência desse auxílio. Diante desses benefícios, o Programa Bolsa Família visa reduzir, até 2049, a pobreza no Brasil (referente às classes sociais H, I e J) em níveis inferiores à 0,08%, sendo em 2025 a eliminação da pobreza extrema (PEÑA et al, 2015).

Porém, esse programa pode refletir em diversas discussões sobre a real eficiência dessa política na quebra do ciclo da pobreza, como o fato da condicionalidade da educação, tendo em vista que já é tratada pela constituição como obrigação da família o acesso de crianças e adolescentes à escola, como observa Oliveira (2014) em uma das críticas recebidas.

É necessário ainda que a administração pública conheça o ambiente a fim de gerar políticas públicas direcionadas e eficientes à cada uma das diferentes facetas da pobreza (OTTONELLI et al, 2011; SEN, 2012). Sobre esse fim, Ottonelli e Mariano (2014) descrevem as prioridades para o enfrentamento da pobreza no Nordeste brasileiro, considerando a habitação para o Estado do Piauí e renda para os demais Estados.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou elucidar as diferentes dimensões que afloram sobre a pobreza e como seus efeitos afetam o desenvolvimento dos países. Para tanto, desenvolveu-se um estudo da literatura sobre esses aspectos de influência da pobreza, tratado amplamente pelas diversas obras de Amartya Sen.

Nota-se que o desenvolvimento ocorre quando a população possui suas condições mínimas para viver atendidas, cujo Estado possui papel fundamental para possibilitar essas condições por meio de políticas de acesso e promoção social, reduzindo assim a pobreza sob suas distintas dimensões.

Diante da revisão notou-se que, embora a busca pelo desenvolvimento seja constante, deve-se relacionar sempre a condição da pobreza como um empecilho no processo de geração do desenvolvimento. Fato esse é dado tendo em vista a privação da liberdade e das condições dos indivíduos.

Tais privações afetam o papel do indivíduo como ator social: participação política, possibilidade de comunicação, acesso à educação, saúde, habitação, alimentação e condições de trabalho dignas.

A renda, no aspecto da pobreza, embora não pode ser tratada isoladamente, nem como o principal fator, como possui importância quando se trata de pobreza, tendo em vista que em diversos casos pode ser o papel desencadeador das privações do homem.

Assim, a necessidade de políticas públicas torna-se relevantes para reduzir essas privações e possibilitar o desenvolvimento. Para tanto, como ocorre no Brasil, embora sofra diferentes conflitos por estudiosos, a elaboração de políticas de distribuição de rendas, incentivando o consumo, tendo como condição o acesso à saúde e educação para os filhos.

Por fim, percebe-se que o Estado deve promover, para combater a pobreza, uma aproximação das diversas políticas públicas sociais em suas diferentes áreas, trabalhando de forma sincronizadas e interligadas, para que, desse modo, enfrente as diferentes dimensões que influenciam a promulgação da pobreza. Em outras palavras, a pobreza deve ser enfrentada sob os diversos olhares das políticas sociais,

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; SANTOS, M.E.. Measuring acute poverty in the developing world: Robustness and scope of the multidimensional poverty index. **World Development**, v. 59, p. 251-274, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X14000278>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ANANIAS, P.. A agenda de modernização das ações sociais públicas em âmbito local. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 179-186, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6565/5149>>. Acesso em 21 nov. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento Econômico e o Empresário. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 32, n. 3, jul-ago, p. 6-13, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewArticle/38445>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia política**, v. 26, n. 2, abr-jun, p. 203-230, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a03v26n2.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BUARQUE, S.C.. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G.. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 4-16, jan./mar. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/11454>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

COWEN, M.P.; SHENTON, R.W. **Doctrines of development**. Londres: Routledge, 1996.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza Como um Fenômeno Multidimensional. **RAE - eletrônica**, v. 1, n. 2, julho-dezembro, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 28 out. 2015.

ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L.M.. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 625-641, mai./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 nov. 2015.

FREITAS, A.F. de; FREITAS, A.F. de; DIAS, M.M.. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, nov./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n6/a08v46n6>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M.L.D.. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso em 15 out. 2015.

HÖFLING, E.de M.. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.

- INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, v. 3, n. 2, p. 35-48, mar./abr. 1998. Disponível em: <http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/intersectorialidade_configuracao_novo_paradigma_organizacional.pdf>. Acesso em 29 out. 2015.
- KERBAUY, M.T.M.. Federalismo, descentralização e democracia. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 10, 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/180/177>>. Acesso em 15 out. 2015.
- MONTEIRO, D.A.A.et al. Análise dos indicadores sociais brasileiros pré e pós implementação do Programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 3, p. 317-338, 2011. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/33#.VmSz2XarTIU>>. Acesso em: 29 out. 2015.
- MOREIRA, N.C.et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **RAP, Rio de Janeiro**, v. 46, n. 2, p. 403-23, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n2/a04v46n2.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.
- OLIVEIRA, B. R. A implementação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 4, p. 517-544, 2014. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/527>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- OTTONELLI, J. et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 837-859, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/12.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- OTTONELLI, J.; MARIANO, J.L.. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 5, p. 1253-1279, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n5/09.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- PEÑA, C. R.et al. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família . **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 889-913, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/51556/50340>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- PEPPE, A.M.et al. Reflexões sobre a Federação Brasileira. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, ago. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7885/6553>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os objetivos do Desenvolvimento do milênio**. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em 21 nov. 2015.
- SAMPAIO, M. A. P.; SOUSA, E. P. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará . **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 90, p. 18-31, 2014. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2214>. Acesso em: 29 out. 2015.
- SEN, A.. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, A.. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SEN, A.. Food and freedom. **World Development**, v. 17, n. 6, p. 769-781, 1989. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X89900016>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SILVA, A.de A.P.; FERREIRA, M.A.M.; MONTEIRO, D. A. A.. Desempenho na gestão Pública do Programa Bolsa Família sob a Perspectiva de análise do Índice de gestão Descentralizada (igD). **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 211-241, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/352>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SOUZA, C.. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. **Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães**. São Paulo, 2002

SUBIRATS, J.. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, v. 2, p. 199-218, 2006.

VIJAYA, R.M.; LAHOTI, R.I; SWAMINATHAN, H.. Moving from the household to the individual: Multidimensional poverty analysis. **World Development**, v. 59, p. 70-81, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X14000394>>. Acesso em 21 nov. 2015.

WESTPHAL, M. F.; MENDES, R.. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 47-61, nov./dez. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6347>> . Acesso em 21 nov. 2015.